



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR DANIEL DIAS

PROJETO DE LEI _____/2025

Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários em Montes Claros e dá outras providências.

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovam e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituída a Política Municipal de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários no município de Montes Claros/MG.

Art. 2º- Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

- I. Cursinho Popular e Comunitário: entidade, coletivo ou organização sem fins lucrativos que ofereça, de forma gratuita, cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares ou concursos públicos, voltados a estudantes de baixa renda;
- II. Público-alvo: estudantes de baixa renda, preferencialmente oriundos da rede pública de ensino, residentes em bairros periféricos, minorias étnico-raciais, pessoas com deficiência e LGBTQIAP+.

Art. 3º- São objetivos da Política Municipal:

- I. Democratizar o acesso à educação superior e aos concursos públicos;
- II. Incentivar a educação popular e comunitária;
- III. Promover a integração da comunidade com a administração pública;
- IV. Simplificar o uso de espaços públicos ociosos para funcionamento dos cursinhos.

Art. 4º- A execução da Política dar-se-á por meio de:

- I. Permissão de uso de espaços públicos (Escolas, CEMEIS, Centros Comunitários), em horários não letivos, desde que não haja prejuízo às atividades regulares;

Rua Urbino Viana, 600 – Vila Guilhermina – Montes Claros – Minas Gerais Telefone (38) 3690 5411

E-mail: ver.danieldias@montesclaros.mg.leg.br / vereadordanieldias@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR DANIEL DIAS

- II. Simplificação dos trâmites administrativos para cessão de espaços e para a oferta de apoio logístico;
- III. Apoio técnico e pedagógico, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SME), inclusive com a promoção de formação continuada para educadores populares;
- IV. incentivo mediante disponibilização de materiais pedagógicos e condições que favoreçam a permanência e a assiduidade de alunos e educadores;
- V. Articulação com universidades, institutos e movimentos sociais para apoio mútuo e integração pedagógica.

Art. 5º- Para cumprimento do estabelecido nesta Lei o poder público poderá firmar contrato ou convenio com pessoas jurídicas de direito privado, com preferência as sem fins lucrativos para que ministrem as aulas nos cursinhos populares.

Art. 6º- O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros - MG, 18 de Agosto de 2025

Daniel Dias
(Vereador PCdoB)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR DANIEL DIAS

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade instituir, no Município de Montes Claros, a Política Municipal de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários, reconhecendo a relevância da educação popular como instrumento de transformação social e de promoção da igualdade de oportunidades.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram que estudantes oriundos da rede pública de ensino e de famílias de baixa renda apresentam menor índice de ingresso em universidades públicas e privadas. Tal cenário decorre, entre outros fatores, da dificuldade de acesso a cursos preparatórios de qualidade, que em sua maioria possuem custos elevados.

Nesse contexto, os cursinhos populares e comunitários exercem papel fundamental, ao oferecerem preparação gratuita para vestibulares, ENEM e concursos públicos. Além de ampliarem as possibilidades de mobilidade social, contribuem para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para a consolidação da cidadania.

A instituição da presente Política Municipal proporcionará, entre outros benefícios:

- a utilização racional de espaços públicos ociosos, como escolas, centros comunitários e equipamentos sociais;
- o fomento à educação popular, por meio da valorização do trabalho voluntário e comunitário;
- a formalização de parcerias com universidades, institutos e organizações sociais;
- a redução das desigualdades educacionais, com a consequente ampliação do acesso ao ensino superior e a concursos públicos.

Do ponto de vista jurídico, a medida encontra amparo na Constituição Federal de 1988, que consagra a educação como direito social fundamental (art. 6º), bem como como dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (art. 205). A proposta também se harmoniza com as diretrizes e bases da educação

Rua Urbino Viana, 600 – Vila Guilhermina – Montes Claros – Minas Gerais Telefone (38) 3690 5411

E-mail: ver.danieldias@montesclaros.mg.leg.br / vereadordanieldias@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR DANIEL DIAS

nacional (Lei nº 9.394/1996) e com as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que buscam a universalização do acesso e a redução das desigualdades no ensino.

Sob a ótica da viabilidade técnica e orçamentária, a implementação da política revela-se possível e sustentável:

1. **Estrutura física:** o Município dispõe de espaços públicos adequados (escolas, centros comunitários, CEMELs), que podem ser utilizados em horários ociosos, sem comprometer as atividades regulares e com baixo custo adicional;
2. **Recursos humanos:** existe a possibilidade de mobilizar professores voluntários, universitários bolsistas e profissionais aposentados, constituindo um corpo docente diversificado e engajado;
3. **Parcerias institucionais:** universidades, institutos federais e organizações da sociedade civil podem contribuir com materiais pedagógicos, formação docente e apoio institucional.

Diante do exposto, conclui-se que a presente proposta apresenta **alta relevância social, baixo custo relativo e grande impacto na democratização do acesso à educação**, constituindo medida justa, oportuna e necessária para o fortalecimento da inclusão educacional em Montes Claros.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei.